

**PREDOMÍNIO CONSERVADOR, IMPRENSA LIBERAL E PRESENÇA FAMILIAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AS CRÍTICAS VEICULADAS NO JORNAL *A REFORMA* SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA DE DUAS PARENTELAS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1869-1878)**

**CONSERVATIVE DOMINANCE, LIBERAL PRESS AND PRESENCE OF FAMILIES IN THE PUBLIC ADMINISTRATION: THE CRITICISMS PUBLISHED IN THE NEWSPAPER *A REFORMA* ON THE POLITICAL ACTION OF TWO FAMILIES OF THE PROVINCE OF PARANÁ (1869-1878)**

**Sandro Aramis Richter Gomes<sup>1</sup>**

Endereço profissional: Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em História. Rua General Carneiro, 460, Campus Reitoria.  
CEP: 80060-150  
Curitiba – Paraná  
E-mail: [argomes8@gmail.com](mailto:argomes8@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo analisamos as críticas publicadas no jornal carioca *A Reforma*, vinculado ao Partido Liberal, acerca da atividade política de membros das famílias Correia e Guimarães entre os anos de 1869 e 1878. O ano de 1869 é alusivo ao momento da fundação desse periódico. Nessa época, as referidas famílias já estavam envolvidas em políticas de nomeações para cargos da administração imperial e provincial. O ano de 1878, por seu turno, é concernente ao retorno do Partido Conservador à condição

**Abstract:** This article analyzes the criticisms published in the Rio de Janeiro newspaper *A Reforma*, which was linked to the Liberal Party, about the political action of the Correia and Guimarães between 1869-1878. In this context, it is argued that the Correia and Guimarães were seen by liberals as families whose power resided in controlling the filling of public positions and in the ability to benefit economically from the conclusion of contracts with the Imperial Government and the Government of Paraná.

**Keywords:** Conservative Party; liberal press; regional elites.

**Palavras-chave:** Partido Conservador

## Introdução

Neste artigo realiza-se um estudo das críticas publicadas no jornal carioca *A Reforma*, que era vinculado ao Partido Liberal, acerca da atividade política de membros das famílias Correia e Guimarães entre os anos de 1869 e 1878. O ano de 1869 é alusivo ao momento da fundação desse periódico. Nessa época, as referidas famílias já estavam envolvidas em políticas de nomeações para cargos da administração imperial e provincial. O ano de 1878, por seu turno, é concernente ao retorno do Partido Conservador à condição

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR.

de agremiação oposicionista. O recorte temporal aqui adotado detém-se sobre o período em que os Correia e os Guimarães exerceram acentuada interferência no Partido Conservador e no Governo do Paraná. Assim, a finalidade deste trabalho consiste em produzir um conhecimento relativo às celeumas geradas pela inserção de familiares nas instâncias locais da administração pública ao tempo do Segundo Reinado.

A execução deste artigo é efetuada por meio da análise da correspondência anônima enviada das cidades de Antonina, Curitiba e Paranaguá ao jornal *A Reforma*. De um lado, tal análise permite evidenciar o conteúdo das críticas tecidas por correligionários do Partido Liberal da província aos chefes regionais do Partido Conservador. Portanto, essa abordagem favorece a compreensão das formas de mobilização das agremiações monárquicas nas épocas em que pertenceram ao campo da oposição. De outro lado, a presente investigação possibilita reconhecer os aspectos da conexão entre os liberais radicados em distintas regiões do Império. Dessa maneira, cabe demonstrar que a publicação de cartas pelo citado jornal é um indício do apoio que os liberais da então capital brasileira prestaram à atividade política de seus correligionários que habitavam cidades de província.

O argumento central deste artigo afirma que, para os liberais paranaenses, os Correia e os Guimarães conseguiram se beneficiar política e economicamente da ascensão do Partido Conservador ao comando do Gabinete Ministerial. Na década de 1870, os principais benefícios eram controlar os esquemas locais de preenchimento de cargos comissionados e celebrar contratos com os governos imperial e provincial. Portanto, compete salientar que um tema abordado de forma recorrente pela oposição liberal do Paraná era o dos benefícios privados conquistados por algumas famílias após se acomodarem no campo situacionista. Em última instância, convém assinalar que o problema da interferência familiar nos órgãos da administração pública era um assunto que obteve especial ênfase no curso das contendas entre os conservadores e liberais paranaenses.

\*\*\*

Os estudos sobre a vida política das províncias têm experimentado avanços. Um avanço decorre da análise do funcionamento das assembleias legislativas. Essa perspectiva de análise possibilita o entendimento concernente à formação das instituições políticas regionais e da natureza de suas competências. Ao mesmo tempo, essa linha de investigação permite identificar o conteúdo dos pleitos sustentados por membros das elites regionais

que exerceram cargos nas esferas da administração pública.<sup>2</sup> O estudo sobre a atuação dessas elites em instituições nacionais, a exemplo da Câmara dos Deputados, também contribui para conhecimento do repertório de demandas que elas apresentaram no contexto do Segundo Reinado.<sup>3</sup>

Outro avanço no estudo da atividade política das elites regionais reside na abordagem da organização e dos resultados dos processos eleitorais. Essa vertente de análise permite reconhecer os grupos eleitoralmente mais competitivos e as distinções entre as províncias quanto ao grau de polarização das disputas para cargos legislativos.<sup>4</sup> Em síntese, a historiografia concernente ao Brasil Monárquico tem conferido atenção a temas como o funcionamento das instituições locais e os impactos de mudanças nas leis eleitorais no que tange às formas de competição entre os grupos políticos existentes nas províncias.

De outra parte, cumpre salientar duas limitações inerentes aos estudos sobre a ação política das elites regionais na época do Império. Uma limitação é referente à análise da atuação dessas elites no exercício de cargos do Poder Executivo. Permanece pouco desenvolvida a investigação acerca das características e resultados da gestão dos presidentes de província.<sup>5</sup> Mais precisamente, mantém-se pouco avançado o entendimento das relações entre os presidentes e os integrantes das elites locais. Ao mesmo tempo, permanece pouco aprofundada a compreensão dos aspectos da ação administrativa de integrantes de elites regionais que governaram províncias das quais eram originários. Por conseguinte, cumpre investigar as circunstâncias que determinavam o aumento e a redução da ingerência dessas elites sobre os órgãos públicos.

---

<sup>2</sup> Ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; OLIVEIRA, Kelly Eleuthério Machado. *A Assembleia Provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional brasileiro, 1835-1845*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

<sup>3</sup> Ver FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a política imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

<sup>4</sup> Ver FARIA, Vanessa Silva de. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil Império: Juiz de Fora, 1853-1889*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017; MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Reforma eleitoral e política regional: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014; SILVA, Lyana Maria Martins da. *Reforma gorada: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

<sup>5</sup> Concernente às atribuições dos presidentes de província, ver SLEMIAN, Andréa. *Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834)*. *Almanack Braziliense*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 20-38, 2007. Para o conhecimento de um estudo de caso sobre a ação administrativa de presidentes de província, ver FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

Nesse âmbito, a investigação aqui empreendida busca evidenciar que não era incomum o surgimento de cizânias políticas em virtude da aproximação entre presidentes de província e dirigentes locais dos partidos monárquicos. Compete também demonstrar que o fato de esses dirigentes exercerem interinamente a presidência de suas províncias motivava críticas de opositores. O questionamento da probidade e da capacidade administrativa dos presidentes interinos foi um elemento central das querelas em âmbito regional no decorrer dos anos 1870.

A segunda limitação dos estudos sobre a atividade política das elites regionais diz respeito às formas de oposição empreendidas no contexto do Segundo Reinado. De fato, há recentes avanços no conhecimento dos modos de estruturação local das agremiações monárquicas.<sup>6</sup> Há, pois, novas perspectivas para o entendimento da organização administrativa desses partidos. No entanto, continua pouco desenvolvida a análise dos fatores que desencadearam embates entre conservadores e liberais na esfera provincial. Nesse particular, mantém-se pouco conhecido os modos de o partido opositor se mobilizar contra a agremiação situacionista. O desenvolvimento dessa linha de estudo permite evidenciar, por exemplo, a função da imprensa na produção de uma crítica aos chefes regionais dos partidos monárquicos.

A presente análise, por seu turno, demonstra que a iniciativa de combater os líderes do partido adversário era um esforço que mobilizava correligionários radicados em distintas regiões do Império. Assim, as críticas sobre a vida político-administrativa do Paraná publicadas no jornal carioca *A Reforma* são indícios da interação entre liberais residentes em diferentes províncias.<sup>7</sup>

### **O jornal *A Reforma*, a cena política paranaense e o predomínio do Partido Conservador (1868-1878)**

O estudo das críticas acerca da atuação administrativa das famílias Correia e Guimarães exige, inicialmente, a formulação de um panorama do quadro político paranaense no decênio em que o Partido Conservador pertenceu ao campo governista.

---

<sup>6</sup> Ver PEREIRA, Alessandro de Almeida. *O processo de formação dos partidos políticos na província do Rio Grande do Sul (1845-1862)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021; SALDANHA, Michel Diogo. *A ordem na barriga do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2020; SANTOS, Arthur Roberto Germano dos. *Entre o nacional e o local: eleições, organização e atuação das elites políticas na Província do Maranhão (1842/1875)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2021.

<sup>7</sup> Os jornais utilizados na confecção deste trabalho estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>

Para tanto, cumpre fundamentar três afirmações. Primeiro, convém salientar que o período correspondente aos anos de 1868 a 1878 foi marcado pelo controle daquela agremiação sobre o Gabinete Ministerial. Nessa época, quatro senadores ligados ao Partido Conservador se sucederam na presidência do Gabinete: Visconde de Itaboraí (1868-1870); Marquês de São Vicente (1870-1871); Visconde do Rio Branco (1871-1875) e Duque de Caxias (1875-1878).<sup>8</sup>

A passagem do Partido Liberal para o campo da oposição não provocou a desmobilização de seus correligionários. Em outubro de 1868, os dirigentes nacionais da agremiação promoveram a reorganização administrativa do partido com a finalidade de tornar mais disciplinada a sua gestão. Eles também buscaram ampliar a presença do partido no interior das províncias. A reorganização administrativa levou à formação do *Centro Liberal*, que no curso dos anos 1870 foi o órgão central do partido.<sup>9</sup> Em síntese, a reestruturação do Partido Liberal teve por finalidade manter os seus correligionários politicamente ativos. A agremiação ambicionou alcançar um nível de competitividade eleitoral suficiente para preservar um espaço nas instituições do Poder Legislativo.

De fato, o afastamento dos liberais do comando do Gabinete provocou imediata redução de sua competitividade. Na eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida em 1869, por exemplo, os candidatos liberais não conseguiram se eleger.<sup>10</sup> Contudo, existiam distinções entre as províncias quanto à maior ou menor capacidade de os dirigentes liberais manterem a agremiação em atividade.

No Paraná, o Partido Liberal era liderado pelo bacharel Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903). Nessa província, tal agremiação não se eximiu de apresentar candidaturas ao tempo em que os conservadores atuaram como governistas. Houve liberais paranaenses que obtiveram votações expressivas quando pertenceram ao campo oposicionista. Essas votações foram conquistadas em pleitos para distintas instâncias do Poder Legislativo. A capacidade de os líderes locais do Partido Liberal continuarem politicamente unidos favoreceu a manutenção de suas bases eleitorais. Em resumo, a passagem dos liberais paranaenses para a oposição não promoveu o completo esfacelamento de sua base de

---

<sup>8</sup> Concernente às principais medidas executadas pelos Gabinetes conservadores de 1868 a 1878, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Respeitante aos fatores políticos que levaram à formação e à dissolução dos Gabinetes Ministeriais, ver FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

<sup>9</sup> Para o conhecimento dos objetivos e diretrizes administrativas do Centro Liberal, ver ARAÚJO, José Tomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>10</sup> FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado...* Op. cit., p. 59.

apoio. Eles permaneceram suficientemente competitivos para derrotar os conservadores em distintos colégios eleitorais.<sup>11</sup>

Compete, pois, sustentar a segunda afirmação desta seção. A partir de 1868, quando regressaram à oposição, as lideranças liberais do Paraná dedicaram-se a criar jornais para combaterem o Partido Conservador. Durante o domínio político dessa agremiação, existiram dois periódicos liberais: *Paraná* (1869-1871) e *Província do Paraná* (1876-1879).<sup>12</sup> Por um lado, o surgimento desses jornais evidencia a capacidade de membros do Partido Liberal atingirem um grau de coesão necessário para combater os situacionistas por meio da imprensa. Por outro lado, cabe reconhecer que esses periódicos tiveram breve duração. Ou seja, era muito incipiente a estruturação da imprensa liberal naquela província. Desde os anos 1860, os jornais criados pelos liberais paranaenses eram marcados pela curta existência. No Paraná, portanto, não existiram periódicos de oposição dotados da capacidade de empreender por longos anos o combate aos situacionistas.<sup>13</sup>

Nesse cenário, a conexão entre os liberais do Paraná e do Rio de Janeiro foi decisiva para que os primeiros tivessem acesso ao jornal *A Reforma*, o qual divulgou com regularidade as análises de correligionários paranaenses do Partido Liberal acerca da situação política daquela província sulina. Esse periódico começou a circular em maio de 1869. A criação desse jornal foi derivada do projeto de manter a agremiação em atividade após ascensão dos conservadores à presidência do Gabinete.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> No pleito para as duas vagas de deputado geral realizado no Paraná em 1869, o Partido Liberal permaneceu competitivo em colégios eleitorais nos quais costumava obter a maioria dos votos. Nessa disputa, na cidade litorânea de Antonina, o chefe liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá conquistou 14 votos e foi o segundo colocado. Nessa localidade, portanto, Marcondes foi mais votado do que um dos candidatos conservadores. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 4, 6 mar. 1868. Em setembro de 1868, na eleição municipal de Curitiba, o vereador e o juiz de paz mais votados pertenciam ao Partido Liberal. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 3, 16 set. 1868. Em 1871, o Partido Liberal paranaense elegeu três deputados provinciais em um pleito que tinha vinte vagas em disputa. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 4, 14 out. 1871. Em 1872, o bacharel liberal João José Pedrosa (1844-1881) foi o primeiro colocado na disputa pelo cargo de vereador da capital paranaense com 381 sufrágios. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 2, 5 out. 1872. Por fim, cumpre salientar que no ano de 1876, no município de São José dos Pinhais, localidade adjacente a Curitiba, a Câmara de Vereadores era composta apenas por membros do Partido Liberal. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 jul. 1876. Em última análise, em áreas do litoral e do planalto paranaense os liberais mantiveram uma relevante base de apoio, a qual era suficiente para eleger mandatários para disputas municipais e provinciais.

<sup>12</sup> PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976, p. 11-12.

<sup>13</sup> Em 1867, o citado João José Pedrosa e o bacharel Sérgio Francisco de Souza Castro (1840-1921) fundaram o jornal *Livre Paraná*. Nessa época, os liberais atuavam no campo da situação. O referido período, no entanto, foi extinto no ano de sua fundação. *Livre Paraná*, Curitiba, p. 1, 6 jun. 1867.

<sup>14</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 mai. 1869. Nas edições de *A Reforma*, não há informações sobre seus editores e redatores. De todo modo, nota-se que não havia colaboradores fixos nesse jornal. Havia, pois, um revezamento entre os expoentes do Partido Liberal na tarefa de redigir os editoriais desse periódico. Dentre esses expoentes, estavam o mineiro Affonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912) e o alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875).



Desde as suas primeiras edições, *A Reforma* divulgou as propostas do Partido Liberal, a rotina de seu diretório central e as atividades eleitorais de seus filiados que viviam nas províncias. Esse jornal circulou durante todo o período em que a agremiação permaneceu na oposição ao Gabinete Ministerial. A extinção de *A Reforma* ocorreu em janeiro de 1879, época em que os liberais já haviam retornado à condição de situacionistas.<sup>15</sup> Ao longo de uma década, esse periódico atuou como um órgão oposicionista que combateu tanto o Gabinete quanto os governos provinciais controlados pelos conservadores.

A transcrição de missivas oriundas das províncias era a forma pela qual *A Reforma* apresentava um panorama da atividade dos correligionários do Partido Liberal.<sup>16</sup> Os correspondentes anônimos forneceram a esse jornal informações acerca da dinâmica política das províncias e da ação eleitoral dessa agremiação.<sup>17</sup> No Paraná, os missivistas não habitavam apenas a capital e as cidades do litoral. Havia correspondentes radicados em municípios do interior, a exemplo de Guarapuava.<sup>18</sup> Liberais estabelecidos em distintas regiões da província atuaram como colaboradores daquele jornal. No curso dos anos 1870, eles permaneceram envolvidos na tarefa de alimentar um periódico de circulação nacional com informações sobre o modo como os situacionistas geriam as instituições políticas locais. O envio de cartas para *A Reforma* era a principal forma de os apoiadores do Partido Liberal paranaense desenvolverem uma crítica à ação política e administrativa dos líderes regionais do Partido Conservador.

Compete, por fim, fundamentar a terceira afirmação da presente seção. Em 16 de julho de 1868, o Partido Conservador voltou a controlar o Gabinete Ministerial. Esse controle perdurou até 5 de fevereiro de 1878, data em que a agremiação retornou à condição de oposicionista. No Paraná, o decênio em que os conservadores pertenceram ao campo situacionista foi marcado pela reabilitação da força política dos Correia e dos Guimarães. Essa reabilitação foi caracterizada pelo exercício de cargos públicos, bem como pelo controle local das atividades da referida agremiação. Nessa época, as lideranças

<sup>15</sup> Em 1879, o proprietário de *A Reforma* era Filadelfo de Sousa Castro. Ele afirmou que suspendeu a publicação do jornal por motivo de saúde. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 jan. 1879.

<sup>16</sup> Em 21 de novembro de 1869, *A Reforma* publicou a primeira carta referente às atividades do diretório paranaense do Partido Liberal. Nessa missiva, o correspondente informou que esse diretório mandou celebrar uma missa na igreja matriz da capital por ocasião do falecimento do senador mineiro Teófilo Benedito Ottoni. Em suma, a existência de um diretório liberal em Curitiba no ano de 1869 é uma evidência de que o partido não se desorganizou localmente após perder o comando do Gabinete Ministerial. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 nov. 1869.

<sup>17</sup> A ausência de assinatura nas missivas enviadas de cidades paranaenses ao jornal *A Reforma* não impede de reconhecer o vínculo dos correspondentes com os chefes locais do Partido Liberal. A esse respeito, cumpre destacar que em uma dessas cartas Jesuíno Marcondes foi enaltecido. Nessa missiva, publicada em 22 de dezembro de 1875, ele foi apresentado como o líder maior dessa agremiação no Paraná. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 dez. 1875.

<sup>18</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 8 abr. 1870.

conservadoras se acomodaram em posições centrais do ordenamento administrativo das províncias.

No segundo semestre de 1868, houve a reorganização administrativa do Partido Conservador. Essa reorganização era uma consequência do advento do Gabinete conservador presidido pelo Visconde de Itaboraí. No Paraná, de setembro a outubro do referido ano, foram criados diretórios municipais e um diretório provincial da agremiação. Em Paranaguá, a presidência do diretório local coube ao negociante ervateiro Manuel Antônio Guimarães (1813-1893).<sup>19</sup>

A participação em políticas de preenchimento de funções comissionadas também era um indício do consistente pertencimento dos Correia e dos Guimarães ao Partido Conservador. Essa participação era uma forma de reiterar o domínio dessas famílias sobre agências locais da administração pública. Assim, cabe mencionar que em 1868 o advogado Manuel Eufrásio Correia (1839-1888) exerceu o posto de delegado de Polícia de Paranaguá.<sup>20</sup> Conforme demonstrado no decorrer deste artigo, foi no início dos anos 1870 que essas parentelas conquistaram oportunidades mais decisivas na vida político-administrativa da província.

Nesse contexto, os Correia e os Guimarães já possuíam longa atividade política. Essa atividade foi iniciada antes da criação da Província do Paraná, ocorrida em 1853. Na época em que o território da futura província pertencia à jurisdição de São Paulo, as referidas parentelas já estavam vinculadas ao Partido Conservador. Radicadas em Paranaguá, uma cidade portuária, essas famílias não circunscreveram sua ação política à esfera municipal. Elas formaram uma base de apoiadores suficiente para que alguns de seus membros conseguissem ser eleitos para a Assembleia Legislativa de São Paulo nas décadas de 1840 e 1850.<sup>21</sup>

A aproximação entre essas parentelas não derivou apenas da filiação partidária. Ela também era decorrente de relações econômicas e familiares.<sup>22</sup> Os Correia e os Guimarães fizeram parte da geração de imigrantes portugueses que se estabeleceram no litoral da

---

<sup>19</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 3, 14 out. 1868.

<sup>20</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 1, 7 nov. 1868.

<sup>21</sup> No biênio 1844-1845, o negociante ervateiro Manuel Francisco Correia Júnior (1809-1857), irmão de Eufrásio Correia, exerceu mandato de deputado à Assembleia de São Paulo. Em 1849, Manuel Antônio Guimarães foi um dos candidatos do Partido Conservador no pleito para deputado provincial. Ele desempenhou tal cargo legislatura 1850-1851. *O Piratininga*, São Paulo, p. 1, 20 nov. 1849.

<sup>22</sup> Respeitante aos assuntos econômicos que envolveram os Correia e os Guimarães, cumpre mencionar que Manuel Antônio Guimarães foi um credor de Manuel Francisco Correia, pai de Eufrásio Correia. Em 1864, no ano de seu falecimento, Manuel Francisco devia a Manuel Guimarães a quantia de 1:018.974 réis. MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Inventário de Manuel Francisco Correia, 1866.



futura Província do Paraná em fins do século XVIII.<sup>23</sup> Nos anos 1830, os descendentes desses imigrantes pertenceram ao grupo de negociantes que iniciaram a produção de erva-mate nas regiões que correspondem ao primeiro planalto e ao litoral paranaense. Em boa medida, o poder econômico das citadas parentelas foi propiciado pelo envolvimento no comércio do mate.<sup>24</sup>

Quanto às conexões familiares entre os Correia e os Guimarães, convém salientar a estreita ligação de Manuel Antônio Guimarães com Eufrásio Correia. Guimarães contraiu núpcias em duas ocasiões. As suas esposas (Maria Clara Correia e Rosa Narcisa Correia) eram irmãs de Eufrásio Correia. Esse bacharel também se casou duas vezes. Em seu segundo matrimônio, uniu-se a Alice Guimarães, filha de Manuel Guimarães. Portanto, esse negociante foi sogro e cunhado de Eufrásio Correia.<sup>25</sup>

Em última análise, a correspondência anônima publicada por *A Reforma* diz respeito à movimentação política de parentelas compostas por veteranos da cena eleitoral do Paraná. Trata-se de demonstrar que um tema recorrente dessas cartas era o problema da reiteração de antigas famílias em funções capitais da administração pública. Assim, convém salientar o modo como os liberais paranaenses argumentaram que tal reiteração era perniciosa ao funcionamento das instituições e do jogo político local.

### **Os Correia e os Guimarães no jogo eleitoral e na administração pública paranaense: o contexto dos anos 1869-1872**

Na época do Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde do Rio Branco, já vigorava uma precisa divisão de tarefas políticas entre os Correia e os Guimarães. O retorno do Partido Conservador ao campo situacionista permitiu que os Correia alcançassem funções relevantes em instituições imperiais.

Os Guimarães, por outro lado, permaneceram na qualidade de líderes locais da agremiação. Eles se consolidaram como membros de instituições políticas provinciais. Em

<sup>23</sup> O português que originou a descendência dos Guimarães na região do atual Paraná foi Manuel Gonçalves Guimarães, cuja principal atividade econômica era a pecuária. Ver HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-191, 2005. De sua parte, o imigrante Manuel Francisco Correia (1776-1864) foi o patriarca dos Correia estabelecidos no Paraná. Esse negociante era um típico rentista urbano, visto que possuía imóveis alugados e concedia empréstimos. Ver CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

<sup>24</sup> Acerca da relação dos precursores da produção da erva-mate no atual Paraná, ver SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica de Morretes*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

<sup>25</sup> Concernente à origem das conexões familiares entre os componentes da elite política da Província do Paraná, ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

última análise, os integrantes dessa parentela tinham a tarefa de angariar os apoios que permitiram aos Correia conquistarem mandatos em instituições como o Câmara dos Deputados. Nos momentos em que as candidaturas liberais foram uma ameaça concreta ao sucesso eleitoral dos Correia, o envolvimento dos Guimarães nas campanhas políticas se tornou mais ostensivo.<sup>26</sup>

Cumprе mencionar que nos dois primeiros anos do Gabinete Rio Branco o bacharel Manuel Francisco Correia (1831-1905), sobrinho de Eufrásio Correia, exerceu o posto de ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1872, ambos os familiares foram eleitos deputados gerais pelo Paraná.<sup>27</sup> Eles desenvolveram carreiras típicas aos membros da elite imperial. A formação jurídica, o envolvimento em esquemas de nomeações para funções públicas e a circulação por instituições políticas nacionais foram elementos intrínsecos aos perfis desses membros.<sup>28</sup>

De outra parte, houve integrantes da família Guimarães que tiveram passagens pela Câmara Municipal de Paranaguá e pela Assembleia Legislativa Provincial. Nas eleições para instituições locais, os componentes dessa parentela eram competitivos, sobretudo Manuel Antônio Guimarães e seu filho Joaquim Antônio Guimarães (1834-1908).<sup>29</sup> Porém, os seus percursos políticos foram distinguidos pela limitada circulação institucional.

Conforme destacado, nessa época os liberais paranaenses estavam politicamente ativos. A coesão dos opositoristas permitiu que em disputas para cargos como o de deputado geral o Partido Liberal paranaense conseguisse em alguns municípios votação superior à da agremiação rival.<sup>30</sup> A atividade dos integrantes dessa agremiação não era limitada aos

---

<sup>26</sup> Uma análise da ação eleitoral dos conservadores em prol dos Correia foi desenvolvida por Manuel Alves de Araújo (1836-1908), candidato derrotado na disputa por duas vagas deputado geral realizada no Paraná em 1872. O propósito de Araújo ao redigir uma memória dos acontecimentos desse pleito foi demonstrar que os chefes locais do Partido Conservador recorreram a práticas fraudulentas para vencer a disputa. Ver ARAÚJO, Manuel Alves de. *Histórico da eleição na Província do Paraná*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1872.

<sup>27</sup> Respeitante às carreiras políticas dos deputados gerais eleitos pela Província do Paraná, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná: a classe política, a parentela no Governo (1853-1889)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

<sup>28</sup> Acerca dos elementos intrínsecos à formação educacional e às trajetórias políticas dos integrantes da elite imperial, ver ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2019; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. KIRKENDALL, Andrew J. *Class mates: male student culture and the making of a political class in Nineteenth-Century Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

<sup>29</sup> Em 1871, Joaquim Guimarães teve a segunda maior votação no pleito para deputado provincial (134 sufrágios). *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 4, 14 out. 1871. No ano seguinte, Manuel Guimarães foi o vereador mais votado em Paranaguá (940 sufrágios). *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 14 set. 1872, p. 3.

<sup>30</sup> Nesse período, a capacidade de vencer em antigos redutos eleitorais era o principal indício da competitividade dos liberais do Paraná. Em 1872, na disputa por vaga à Câmara dos Deputados, o candidato liberal venceu em redutos como Antonina e Guarapuava. ARAÚJO, Manuel Alves de. *Histórico da eleição...* Op. cit., p. 15.

períodos eleitorais. A movimentação dos opositores também se verificava na colaboração assídua em órgãos da imprensa regional e nacional.

Quanto à colaboração dos liberais paranaenses no jornal *A Reforma*, convém salientar que eles conferiram especial atenção a três temas: as estratégias dos conservadores para vencerem as eleições; as relações entre os presidentes de província adventícios e os integrantes de elite regional; os benefícios econômicos conquistados por essa elite ao alcançarem postos centrais na administração regional. Nesse contexto, os opositores buscaram demonstrar que os presidentes eram muito suscetíveis à interferência daquela elite. Ou seja, o Governo Provincial teria se transformado em uma agência voltada à realização de demandas de integrantes do Partido Conservador.

A mais remota crítica divulgada por *A Reforma* acerca da ação política de conservadores paranaenses data de 1869. Em maio desse ano, o capitão-tenente João Pedro de Carvalho Raposo foi destituído do comando da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá, instituição ligada ao Ministério da Marinha. Em uma carta anônima veiculada naquele periódico na edição de 15 de setembro, a demissão de João Raposo foi atribuída a Manuel Antônio Guimarães. Nessa missiva, afirma-se que Guimarães possuía ligações políticas na cidade do Rio de Janeiro. Essas ligações teriam possibilitado que tal negociante conseguisse substituir o ocupante de um cargo pertencente ao ordenamento administrativo do Governo Imperial. Em resumo, a demissão de Raposo foi entendida pela oposição como uma evidência dos esforços de Manuel Guimarães para remover os liberais dos órgãos públicos existentes no Paraná.<sup>31</sup>

Desde as primeiras edições de *A Reforma*, os chefes do Partido Conservador paranaense foram considerados como personagens interessados em exercerem o domínio sobre distintas instâncias da administração pública. Nesse periódico, os conservadores da província eram tachados de políticos oportunistas, os quais não teriam o compromisso de prestar relevantes serviços à sua província. Ao contrário, eles eram vistos como indivíduos interessados em obter ganhos pessoais por meio do exercício de funções públicas.

Nesse âmbito, compete ressaltar que *A Reforma*, na sua edição de 15 de setembro de 1869, transcreveu um discurso do senador baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), que presidiu o Governo do Paraná de 1853 a 1855. Nesse pronunciamento, o parlamentar mencionou um ofício que enviou em 1854 ao então ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo. O ofício continha o seguinte juízo sobre Manuel Antônio Guimarães:

---

<sup>31</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 5 jun. 1869.

Guimarães é um potentado de aldeia, não da laia desses do alto sertão [...], desses que matam, esfolam, arrancam e trincam o coração; não, Guimarães é potentado de beira-mar, desses que, mais brandos d'alma, contentam-se com acumular os empregos, monopolizar as funções públicas, e tirar delas todo o proveito possível.<sup>32</sup>

Em suma, *A Reforma* fez ampla divulgação de juízos negativos acerca dos líderes paranaenses do Partido Conservador. Conforme evidenciado no curso deste artigo, em distintas edições desse jornal personagens como Manuel Antônio Guimarães foram encarados como políticos ávidos por exercer um controle sobre a distribuição de cargos e recursos públicos.

No ano de 1870, tornou-se mais frequente em *A Reforma* a veiculação de críticas à ação política de conservadores paranaenses, sobretudo os pertencentes às famílias Correia e Guimarães. Em sua edição de 3 de abril de tal ano, esse jornal publicou uma carta remetida de Curitiba, a capital paranaense. Essa missiva contém uma censura à atuação dos deputados da Assembleia Provincial. O correspondente salientou que os parlamentares conservadores buscavam proteger os interesses econômicos das lideranças da agremiação, a exemplo de Manuel Antônio Guimarães. No referido ano, esse negociante estava no exercício de seu quinto mandato naquela instituição.<sup>33</sup>

Um motivo da crítica do correspondente era a criação de um imposto sobre a erva-mate exportada pelo porto de Antonina, município vizinho a Paranaguá. No entendimento do missivista, esse imposto inibiria a movimentação comercial naquele porto. Por consequência, o porto de Paranaguá permaneceria como o principal escoadouro da erva-mate produzida no Paraná. A manutenção da preeminência regional desse porto era interessante a Manuel Guimarães, pois era ali que ele efetuava a exportação do mate. Em síntese, a criação do imposto levou o articulista anônimo a classificar Paranaguá como um “[...] domínio feudal do maior régulo de aldeia que possui o sul do Império”.<sup>34</sup>

Guimarães foi situado pelo autor da carta como um indivíduo que exercia forte controle sobre a vida política do município no qual residia. De acordo com o correspondente, a atuação na Assembleia Legislativa permitiu que esse negociante articulasse a implementação de medidas voltadas a assegurar a prevalência econômica de sua cidade em relação a Antonina, reduto eleitoral dos liberais.<sup>35</sup> Dessa forma, os liberais do Paraná

---

<sup>32</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 set. 1869.

<sup>33</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 3, 16 fev. 1870.

<sup>34</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 abr. 1870.

<sup>35</sup> Concernente às regiões do Paraná nas quais os partidos monárquicos possuíam maior eleitorado, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná...* Op. cit.

combateram os governistas por meio da sustentação da ideia de que as instituições da província funcionavam como agências destinadas a concretizar projetos particulares.

Uma das informações apresentadas em *A Reforma* para defender essa ideia era a aprovação de uma verba de 20 contos de réis para a criação de uma colônia de pescadores na Ilha do Teixeira, localizada na baía de Paranaguá. Nessa ilha, situava-se um engenho de arroz de Manuel Antônio Guimarães. Assim, o correspondente do referido periódico tentou demonstrar que a aprovação daquela verba levaria ao desenvolvimento da ilha e, por consequência, beneficiaria as atividades econômicas ali realizadas pelo deputado Guimarães. O missivista ressaltou que o desempenho de mandatos na Assembleia Legislativa era uma forma de esse chefe conservador exercer direta interferência sobre a confecção do orçamento.<sup>36</sup> Em resumo, as cartas veiculadas em *A Reforma* são marcadas pela denúncia de um processo legislativo que visaria à concretização dos anseios econômicos da parentela daquele negociante.

Em 1871, a correspondência enviada de Curitiba ao jornal *A Reforma* enfatizou tanto a interferência dos Correia e dos Guimarães sobre a elaboração do orçamento provincial quanto a participação dos membros dessas parentelas em esquemas de nomeações. A crítica dos liberais paranaenses era voltada a identificar a capilaridade dessas famílias em órgãos da administração provincial e imperial. Essa crítica contém indícios da ampla presença desses familiares em tais órgãos. Cumpre transcrever a seguinte passagem de uma carta publicada na edição de 29 de abril do citado ano:

O orçamento foi um confeito de Natal. O Sr. [Manuel Antônio] Guimarães (comendador e futuro barão) meteu no bolso 30:000\$000 para dar 8:000\$000 ao Sr. Joaquim Cândido [Correia], seu guarda-livros e cunhado, tio do ministro de Estrangeiros, irmão do inspetor da tesouraria provincial e atual provedor da Misericórdia de Paranaguá. Deu-se uma barreira ao Sr. [José Pedro de Moura] Lima, tio do ministro de Estrangeiros. Gratificou-se ao Sr. Secretário do Governo, irmão do Sr. Ministro dos Estrangeiros. Deu-se dinheiro para uma estrada que será administrada pelo Sr. [Joaquim] Severo [Correia], irmão do ministro de Estrangeiros. [...] O inspetor da Tesouraria Provincial [Manuel Eufrásio Correia], tio do ministro de Estrangeiros, não sai de Paranaguá, e para que estar em Curitiba com o inverno que tanto incomoda? Que ali esteja quem não tem ministro em casa. O juiz de Direito da capital, 1º vice-presidente e cunhado do ministro de estrangeiros, não quis a [chefia] de Polícia, que se acha vaga, porque o Dr. Furtado para em uma comarca. O Sr. Joaquim [Antônio] Guimarães, cunhado do ministro de Estrangeiros, é administrador da Mesa de Rendas de Antonina e tomou conta do lugar há poucos meses.<sup>37</sup>

Esse excerto evidencia que os críticos do domínio político dos conservadores reconheciam que a ascensão de um membro da elite política paranaense ao cargo de ministro do Gabinete Rio Branco foi acompanhada pela massiva inserção de seus familiares em esferas

<sup>36</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 abr. 1870.

<sup>37</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 abr. 1871.

locais da administração pública. Ao tempo em que Manuel Francisco Correia ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros (1871-1873), houve parentes seus que foram nomeados para cargos da administração regional. Mais precisamente, eles conquistaram postos no primeiro escalão do Governo Provincial. Em 1871, a secretaria de Governo, a inspetoria do Tesouro e a chefia de Polícia eram órgãos centrais da administração paranaense.<sup>38</sup>

Em sua edição de 21 de novembro daquele ano, *A Reforma* criticou a aproximação dos dirigentes da agremiação, notadamente os Correia e os Guimarães, com o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa (1834-1903), bacharel oriundo da Província do Rio de Janeiro. A sua gestão perdurou de 24 de dezembro de 1870 a 15 de janeiro de 1873. No contexto da administração paranaense, essa gestão foi longa. De 1853 a 1889, de um total de vinte e sete presidentes, apenas três permaneceram à frente do Governo local por mais de dois anos.<sup>39</sup> Em âmbito nacional, a duração média de uma gestão presidencial era de dezessete meses.<sup>40</sup>

No Paraná, nos anos 1870, o curto período de governo dos presidentes foi suficiente para que alguns deles estabelecessem ligações políticas com a elite dirigente do Partido Conservador. Assim, o texto publicado em *A Reforma* em fins de 1871 objetivou demonstrar que Lisboa era um governante permissivo em relação aos interesses econômicos e políticos das mencionadas famílias. A compra, pelo Governo do Paraná, de um imóvel pertencente a Manuel Antônio Guimarães foi entendida pelo articulista de *A Reforma* como uma concessão de vantagem econômica a um líder regional do Partido Conservador. Esse imóvel estava situado na capital paranaense, foi vendido por 9 contos de réis e seria destinado a sediar um liceu.<sup>41</sup>

Nessa época, o referido negociante também vendeu uma casa ao Ministério da Marinha. Essa casa estava localizada na cidade de Paranaguá, foi adquirida por 15 contos de réis e seria utilizada como sede da Capitania dos Portos. O correspondente de *A Reforma*

---

<sup>38</sup> Acerca da estrutura e do funcionamento da administração paranaense em 1871, ver LEÃO, Agostinho Ermelino de. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor presidente Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes, 1871.

<sup>39</sup> Esse total de presidentes do Paraná contabiliza apenas os indivíduos nomeados para exercer o cargo como titulares. Desconsidera-se, assim, o rol de vice-presidentes, os quais assumiram provisoriamente a chefia do Poder Executivo. Para o conhecimento dos períodos de governo dos presidentes e vice-presidentes do Paraná, ver CARNEIRO, David. *História do período provincial no Paraná*. Curitiba: s/e, 1994.

<sup>40</sup> CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. A presidência de província no Império. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003, p. 7.

<sup>41</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 nov. 1871.



atribuiu essa venda à influência de Manuel Francisco Correia, pois quando o imóvel foi negociado esse bacharel pertencia à elite política da capital do Império.<sup>42</sup>

Nota-se, assim, que a oposição dos liberais aos Correia e aos Guimarães era marcada pela tentativa de ressaltar a interdependência dessas parentelas. De um lado, os Guimarães eram identificados como apoiadores incontestes das pretensões eleitorais dos integrantes da família Correia. De outro lado, Manuel Francisco e Eufrásio Correia foram apresentados como intermediários dos negócios entre Manuel Guimarães e o Governo imperial. Mais precisamente, ambos os bacharéis foram considerados pelos seus críticos como responsáveis por assegurar ganhos econômicos a um de seus principais correligionários.

No texto publicado em *A Reforma* sobre a venda dos imóveis, afirma-se que essa negociação era um indício do controle que os Correia e os Guimarães exerciam sobre o Governo paranaense. Essa negociação também evidenciaria a capacidade de essas parentelas terem os seus pleitos atendidos pelo Governo do Império. Ao descrever esse episódio, o articulista do jornal elaborou um panorama do cenário político do Paraná. Nesse panorama, o chefe do Governo foi apresentado como um personagem submetido à influência de famílias que participavam da vida política com o intuito de terem ganhos econômicos. Atente-se, pois, ao seguinte excerto da crítica:

A província do Paraná está sendo governada patriarcalmente. Terra do Sr. Ministro de Estrangeiros [Manuel Francisco Correia] e onde os parentes de sua Ex. são insaciáveis no banquete orçamentário, não há apetite que não deixe de ser satisfeito, uma vez que o governador da província é um Sr. Venâncio [José Lisboa], que faz alarde da inaptidão com que administra o Paraná. Aí vai um fato: o comendador [Manuel Antônio] Guimarães, que já impingiu um prédio velho à província, quando era ali capitão-mor o Sr. Correia, irmão do Sr. Ministro de Estrangeiros, impingiu outro ao Sr. Venâncio, e este último foi sem proposta e o mais camerariamente possível. [...] Um sobrado velho que em Paranaguá não se encontraria quem desse 4:000\$ por 15:000\$ e outra pelo duplo de seu valor! São 24:000\$ que lhe entram em casa porque o vendedor chama-se Comendador Guimarães, porque seu sobrinho Correia é ministro, e presidente o Sr. Venâncio!<sup>43</sup>

No princípio de 1872, o tema da compra do imóvel pelo Governo do Paraná ainda era um tema abordado na correspondência enviada de Curitiba ao jornal *A Reforma*. Nesse particular, o missivista salientou o fato de que a decisão dessa compra fora uma decisão unilateral do presidente Venâncio Lisboa. Ou seja, esse governante não encaminhou um pedido de autorização à Assembleia Provincial. O colaborador de *A Reforma* afirmou que a subserviência de Lisboa às demandas dos Correia e dos Guimarães era evidenciada na prática de irregularidades administrativas e na gestão imprudente dos recursos públicos. Na edição desse jornal datada de 30 de janeiro de 1872, o missivista ressaltou que o

---

<sup>42</sup> *Id.*

<sup>43</sup> *Id.*

governo de Lisboa era marcado pela realização de “[...] despesas inúteis, gastando sem autorização os dinheiros públicos em proveito dos senhores da situação”.<sup>44</sup>

Os adversários dos chefes conservadores do Paraná salientaram que os situacionistas tentaram concretizar os seus desígnios políticos e econômicos por meio da aproximação com os bacharéis adventícios nomeados para governar a província. Conforme destacado ao longo deste trabalho, nos anos 1870 os Correia e os Guimarães vivenciaram momentos nos quais tiveram dificuldade para exercer decisiva interferência sobre a gestão do Governo paranaense. Assim, um aspecto da correspondência veiculada em *A Reforma* consistiu em exaltar os presidentes da província que não permitiram essa interferência. A recusa desses governantes em atender aos pleitos da elite local foi vista de maneira positiva pela oposição.

### **Ação eleitoral e controle do Governo Provincial: a crítica aos efeitos da divisão de tarefas políticas entre os Correia e os Guimarães (1872-1873)**

A correspondência do Paraná publicada em *A Reforma* buscou demonstrar que o Partido Liberal dessa província era organizado e competitivo. Os missivistas afirmaram que essa agremiação possuía um amplo e fiel grupo de correligionários. Conforme esse entendimento, a competitividade do partido era uma ameaça às pretensões eleitorais dos candidatos conservadores. Por consequência, os correspondentes ressaltaram que a divisão de tarefas políticas entre os Guimarães e os Correia consistiu em conferir aos primeiros a função de manipular o processo eleitoral com o objetivo de viabilizar o êxito dos postulantes governistas. Em síntese, a oposição dos liberais paranaenses foi marcada pelo levantamento de suspeitas quanto à idoneidade dos pleitos eleitorais ocorridos na província.

Uma crítica à organização desses pleitos data de 1872, época de uma disputa para duas vagas de deputado geral. Nessa ocasião, Eufrásio Correia e Manuel Francisco Correia conquistaram as vagas. De sua parte, o jornal *A Reforma* divulgou cartas que continham informações sobre a interferência de líderes locais do Partido Conservador, notadamente Manuel Antônio Guimarães, na organização do pleito em que o bacharel liberal Manuel Alves de Araújo foi derrotado. Dessa maneira, trata-se de evidenciar que um elemento da crítica liberal residia em salientar as supostas irregularidades dos processos eleitorais que resultaram na vitória de personagens pertencentes às famílias que comandaram localmente o Partido Conservador.

---

<sup>44</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 jan. 1872.

Nessa disputa eleitoral, dois correligionários ligados à família Correia se incumbiram de conquistar adesões aos candidatos governistas. Além de Manuel Antônio Guimarães, o magistrado Agostinho Ermelino de Leão (1834-1902) também se envolveu de modo ostensivo na campanha. Esse bacharel era cunhado de Manuel Francisco Correia e sobrinho de Eufrásio Correia. Nessa época, Leão desempenhava o posto de 1º vice-presidente do Paraná, ao passo que Manuel Guimarães era o 2º vice-presidente.<sup>45</sup> Assim, os episódios da eleição parlamentar de 1872 evidenciam os modos de participação de integrantes do Poder Executivo na cena política da província.

Segundo as informações do correspondente de *A Reforma*, Manuel Guimarães e Agostinho de Leão foram os mentores de fraudes em colégios eleitorais da capital, do litoral e do interior. Ambos conseguiram que os seus aliados, em distintos municípios da província, exercessem o controle dos trabalhos das Mesas Paroquiais, as quais tinham a função de verificar a identidade dos votantes; receber, numerar e apurar as cédulas eleitorais; assegurar a ordem no local em que ocorria a votação.<sup>46</sup>

Manuel Guimarães conseguiu adiar por um dia a eleição em Paranaguá, visto que aguardou a vinda de seis correligionários residentes em Guaratuba, município do litoral paranaense. Esse negociante providenciou o transporte fluvial dos eleitores.<sup>47</sup> Na edição de 3 de outubro de 1872, a crítica do correspondente liberal de *A Reforma* ateu-se ao fato de que um membro da elite local possuía a faculdade de impedir que a votação em seu reduto político fosse realizada em conjunto com os demais colégios eleitorais da província.

Nessa missiva, o correspondente salientou que os conservadores elegeram seus candidatos com dificuldades. Mais precisamente, os governistas teriam recorrido à manipulação do processo eleitoral para alcançar um resultado favorável. Segundo o correspondente, o casuísmo na mudança da data de votação em um colégio evidenciaria tal manipulação. Ou seja, essa missiva buscava evidenciar que o Partido Liberal era eleitoralmente forte no Paraná. A esse respeito, atente-se ao seguinte excerto da carta:

No colégio de Paranaguá não houve eleição, porque o comendador Guimarães, mandando o vapor *Iguaçu* em busca dos eleitores de Guaratuba, soube que o desarranjo do vapor impedia a vinda de tais eleitores, e para não perder 6 votos resolveu destacar o colégio de Paranaguá dos demais da província, procedendo a eleição um dia depois [...]. Se o Partido Liberal, em vez de um candidato

<sup>45</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1872.

<sup>46</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 178. Concernente à função das Mesas Paroquiais no sistema eleitoral do Brasil monárquico, cabe também mencionar o estudo de LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 91, p. 13-51, 2014.

<sup>47</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1872.

apresentada dois, o nobre ministro de Estrangeiros não teria assento, mas quem poderia adivinhar a truca do comendador Guimarães deixando de fazer a eleição quando em toda província ela tinha lugar?”<sup>48</sup>

Ao mesmo tempo, o correspondente destacou que a força política de Manuel Guimarães não era circunscrita àquele município. Em Antonina, um dos filhos desse negociante, o citado Joaquim Antônio Guimarães, envolveu-se nesse processo eleitoral. O missivista afirmou que Joaquim Guimarães atuou nesse pleito sob as ordens de seu pai. A principal ordem consistiu em promover uma *duplicata* (votação paralela à realizada pela Mesa oficial) com o propósito de obter um resultado favorável ao Partido Conservador.<sup>49</sup>

Conforme salientado, nessa época Joaquim Guimarães ocupava o posto de administrador da Mesa de Rendas de Antonina. O correspondente reconheceu que tal indivíduo, para além do exercício de um cargo em comissão, atuava naquela cidade como um agente eleitoral do partido governista. Segundo o autor da carta, o desempenho desse cargo permitiu que Joaquim Guimarães ampliasse a área de influência política de sua parentela. Em síntese, o missivista formulou uma análise segundo a qual a eleição realizada no Paraná em 1872 foi marcada por fraudes em distintos colégios. A sua carta apresenta um cenário em que a competitividade do Partido Liberal foi neutralizada pela capacidade de os conservadores controlarem as Mesas Paroquiais. Agostinho de Leão, por exemplo, participou dos trabalhos da Mesa formada no colégio de Curitiba. Nessa oportunidade, ele também angariou apoios aos candidatos conservadores na cidade de Castro, situada no segundo planalto paranaense.<sup>50</sup>

Dessa forma, a oposição liberal aos conservadores paranaenses desenvolveu-se por meio da exposição sobre os vícios do sistema eleitoral. Esses correligionários foram apresentados em *A Reforma* como beneficiários de um modelo de votação suscetível a distintas formas de adulteração. Na correspondência enviada de Curitiba a esse periódico, o acesso de dois integrantes da família Correia ao Parlamento de Império foi explicado como consequência da falsificação do resultado do pleito por membros da elite local. Dentre esses membros, estavam os dois vice-presidentes da província. Para o missivista, eles teriam a função de realizar a *cabala eleitoral*.<sup>51</sup> Mais precisamente, ambos os

---

<sup>48</sup> *Id.*

<sup>49</sup> *Id.*

<sup>50</sup> *Id.*

<sup>51</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1872.

integrantes do Poder Executivo teriam arregimentado apoiadores aos candidatos conservadores e promovido fraudes durante a votação.<sup>52</sup>

Os opositoristas paranaenses que colaboraram em *A Reforma* avaliaram que a elite do Partido Conservador paranaense era um grupo nocivo à administração pública. Assim, os curtos períodos nos quais os integrantes dessa elite exerceram a presidência do Governo do Paraná foram objetos de críticas.<sup>53</sup> Por meio de cartas, os liberais paranaenses argumentaram que o exercício interino do cargo de presidente de província era uma oportunidade para que os Correia e os Guimarães conquistassem vantagens particulares, sobretudo de natureza econômica.

Na qualidade de 2º vice-presidente do Paraná, Manuel Antônio Guimarães exerceu a chefia do Governo Provincial de 15 de janeiro a 13 de junho de 1873. A gestão desse negociante representou um breve intervalo entre a demissão e a nomeação de bacharéis adventícios designados para governar a província. Nesse período, *A Reforma* manteve-se como o órgão de imprensa por meio do qual os correligionários do Partido Liberal paranaense denunciavam a prática de ilicitudes na administração regional. Um assunto recorrente da correspondência remetida de Curitiba eram os supostos desmandos cometidos em favor da parentela do presidente interino.

Um tema que perpassou as edições de *A Reforma* foi a contratação, pela Tesouraria Provincial, em abril de 1873, de Joaquim Severo Correia e Lino de Souza Ferreira como construtores da estrada entre Curitiba e a colônia agrícola do Assunguy, a qual era habitada por imigrantes de distintas etnias europeias (alemã, inglesa e italiana, por exemplo).<sup>54</sup> Os empreiteiros orçaram a obra da estrada em 92.850\$ contos de réis.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Concernente ao vocabulário político do Brasil oitocentista, ver PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. Brasília. Ed. UnB, 2000.

<sup>53</sup> O exercício do posto de presidente de província era uma etapa comum às trajetórias dos políticos que fizeram parte da elite imperial. O desempenho desse cargo era uma forma de treinamento inicial nas tarefas da administração pública. A circulação de jovens bacharéis para ocuparem esse posto foi inerente à vida política do Brasil Monárquico. Em suma, a nomeação para presidir uma província foi um aspecto do início das carreiras de boa parte dos membros da elite imperial. Nesse cenário, era pouco comum que integrantes de elites locais permanecessem por longo tempo no exercício do posto de presidente de suas províncias de origem. Acerca do treinamento dos membros da elite imperial nessas tarefas administrativas, ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* Op. cit.

<sup>54</sup> Criada em 1860, essa colônia foi a origem do município de Cerro Azul, que dista cerca 85 quilômetros de Curitiba. Acerca da origem e da composição étnica da colônia de Assunguy, ver NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. *Terras e imigrantes na colônia de Assunguy, 1854-1874*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

<sup>55</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 10 dez. 1873.

Ao mesmo tempo, convém assinalar que Joaquim Severo Correia era sobrinho por afinidade de Manuel Antônio Guimarães.<sup>56</sup> Na época da elaboração do contrato, Joaquim Correia já havia exercido os cargos de subdelegado e diretor da colônia de Assunguy. Desde o começo dos anos 1860, ele era um dos principais comerciantes e proprietários de terras nessa localidade.<sup>57</sup> Dessa forma, nota-se que os Correia não circunscreveram sua atividade econômica ao litoral paranaense. Eles também diversificaram seus negócios no primeiro planalto da província.<sup>58</sup>

O contrato para a construção da referida estrada foi considerado irregular pelos liberais paranaenses. Ou seja, uma forma de eles fazerem oposição ao Partido Conservador era por meio de denúncias de improbidade administrativa. Três irregularidades foram elencadas pelo missivista: inexistência de um edital que tornasse pública a concorrência para a escolha dos empreiteiros; ausência de consulta ao procurador fiscal da província acerca do montante que seria despendido nessa contratação; falta de convocação de uma junta para que a decisão sobre a construção da estrada fosse tomada por distintos membros do Governo do Paraná.<sup>59</sup> O missivista de *A Reforma* residente em Curitiba classificou esse contrato como “[...] um dos maiores escândalos de que é capaz o filhotismo que hoje tudo invadiu”.<sup>60</sup>

Esse correspondente argumentou que tal episódio era uma evidência do modo pouco transparente de Manuel Guimarães tomar decisões como presidente interino da província. No entendimento do autor da carta, a forma pela qual esse contrato foi firmado indicaria a submissão de Guimarães às orientações do então deputado geral Manuel Francisco Correia, irmão de Joaquim Severo Correia. A oposição movida pelos liberais paranaenses contra os conservadores era marcada pela identificação de uma hierarquia entre os correligionários do partido situacionista.

Nessa hierarquia, os Correia exerciam exacerbada interferência nas medidas administrativas tomadas pelos chefes locais do Partido Conservador. Portanto, Manuel Antônio Guimarães foi situado pelo correspondente como um executor de determinações

---

<sup>56</sup> Ao tempo da celebração desse contrato, Manuel Guimarães estava casado com Rosa Narcisa Correia. Ela era tia paterna de Joaquim Severo Correia. Concernente aos vínculos familiares entre os Correia e os Guimarães no século XIX, ver NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 3. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

<sup>57</sup> Ver ALVES, Alessandro Cavassin. Análise prosopográfica de uma colônia imperial para imigrantes no Paraná, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011, p. 1-11.

<sup>58</sup> Um dos irmãos de Joaquim Correia era Ildefonso Pereira Correia (1845-1894), que se estabeleceu como industrial do ramo ervateiro na cidade de Curitiba. COSTA, Odah Regina Guimarães. *Ação empresarial do Barão do Serro Azul*. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>59</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 abr. 1873.

<sup>60</sup> *Id.*



de um membro da elite imperial. Nesse âmbito, cumpre atentar à seguinte passagem de uma carta publicada em *A Reforma* na data de 11 de abril de 1873:

Nem se libera da responsabilidade moral e legal [pelo contrato] o comendador Manuel Antônio Guimarães, dizendo a quantos o ouvem que do Rio de Janeiro é que veio a ordem para contratar-se com o irmão do ex-ministro [Manuel Francisco Correia] e Lino Ferreira. O Sr. Guimarães, que por ordem do ex-ministro Correia vendeu casa (a de Curitiba) sem editais chamando propostas, paga ao irmão do Sr. Correia o benefício que recebeu, mas pobre do tesouro nacional e provincial.<sup>61</sup>

A crítica do correspondente liberal é marcada pela ideia de que a divisão de tarefas entre as famílias Correia e Guimarães não ocorria apenas nos períodos eleitorais. Os Guimarães teriam conquistado nomeações imperiais com a finalidade de executar projetos de interesse dos Correia. O exercício da presidência do Governo Provincial por Manuel Guimarães era crucial para que esses projetos fossem viabilizados. O missivista assinalou que os principais projetos dessas parentelas eram ampliar a presença familiar na administração pública e conseguir benefícios econômicos por meio da celebração de contratos com os governos imperial e provincial.

Entretanto, o contrato para a construção da estrada do Assunguy não foi aprovado pelo então ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1833-1899). Em virtude desse veto, o deputado geral Eufrásio Correia, tio paterno de Joaquim Severo Correia, declarou que passaria a fazer oposição ao Gabinete Rio Branco.<sup>62</sup> A retirada do apoio de Eufrásio Correia em relação a esse Gabinete derivou do fato de que seu sobrinho teve um projeto recusado por um ministro de Estado. Dessa forma, o não atendimento de uma demanda familiar provocou uma mudança na atuação daquele parlamentar na Câmara dos Deputados.

No entendimento do missivista de *A Reforma*, a presença de parentes dos Correia nos postos de 1º e 2º vice-presidentes da província era prejudicial à moralização administrativa da província.<sup>63</sup> Assim, um aspecto da crítica liberal à atuação política dos conservadores paranaenses consistiu em destacar que apenas com a intervenção do Gabinete Ministerial essa moralização poderia ser instituída. Para tanto, era preciso bloquear a presença dos dirigentes locais do Partido Conservador na gestão do Governo Provincial. Atente-se, pois, ao seguinte comentário publicado naquele jornal em 11 de dezembro de 1873:

---

<sup>61</sup> *Id.*

<sup>62</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 10 dez. 1873.

<sup>63</sup> Nessa ocasião, o 1º e 2º vice-presidentes do Paraná eram, respectivamente, Agostinho Ermelino de Leão e Manuel Antônio Guimarães.

O que é preciso é o Sr. [Visconde] do Rio Branco demitir o 1º e 2º vice-presidentes da província porque amanhã qualquer um deles na administração terá a província que presenciar a continuação dos escândalos com que tanto se distinguem nela. Quanto nos custa a interferência do conselheiro [Manuel Francisco] Correia em dinheiro e moralidade.<sup>64</sup>

Um argumento presente nas cartas emitidas de Curitiba ao jornal *A Reforma* salienta que a nomeação de adventícios para gerir o Governo do Paraná era um acontecimento auspicioso. Essa nomeação gerava na oposição local a expectativa de que a administração da província se tornaria menos aberta à influência da elite regional. Portanto, a correspondência paranaense veiculada naquele periódico não era marcada pela ininterrupta crítica aos presidentes da província. Esses agentes do Governo Imperial foram elogiados pelos missivistas nos momentos em que se mostraram contrários aos interesses econômicos e políticos dos líderes do grupo situacionista. Assim, cumpre evidenciar que a nomeação do advogado paulista Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1844-1903) para gerir o Governo paranaense foi vista de maneira positiva nas cartas publicadas em *A Reforma*.

### **O Governo de Frederico Abranches e a atenuação do domínio dos Correia e dos Guimarães sobre a administração paranaense (1873-1875)**

Nos anos 1870, os oposicionistas paranaenses temiam que os presidentes adventícios se licenciassem do cargo. Essa licença significaria que os vice-presidentes, os quais pertenciam à elite local, voltariam a influir nos assuntos administrativos. No primeiro ano da gestão de Frederico Abranches à frente do Governo do Paraná, esse temor foi manifestado na seção de cartas de *A Reforma*. A gestão de Abranches estendeu-se de 13 de junho de 1873 a 2 de maio de 1875.

Na edição de 24 de outubro de 1873, um missivista residente em Paranaguá destacou que uma eventual licença do presidente ocasionaria o retorno de Agostinho de Leão ou de Manuel Guimarães ao comando do Governo da província. De acordo com o correspondente, a presença desses indivíduos no Poder Executivo comprometeria o resultado da investigação sobre as denúncias de fraude eleitoral e violência contra liberais supostamente cometidas por conservadores em um pleito ocorrido na cidade de Curitiba naquele ano. No entendimento do missivista, Guimarães e Leão eram “[...] parentes dos

---

<sup>64</sup> *Id.*

deputados Correias e chefes saquaremas da província. Tendo, por consequência, interesse na decisão da causa, são por isso incompatíveis”<sup>65</sup>

Por outro lado, na referida edição de *A Reforma* o correspondente liberal radicado em Curitiba destacou que Abranches não se mostrava interessado em atender às demandas políticas e econômicas dos Correia e dos Guimarães. Nesse âmbito, cumpre transcrever um excerto da missiva que contém uma exposição sobre a atividade do Partido Liberal paranaense no campo da oposição:

O Partido Liberal repousa tranquilo no seu direito, e se pouca confiança tem na justiça do Sr. Ermelino de Leão, chefe do partido dos seus cunhados Correias, tudo espera do honrado administrador da província, Dr. Abranches, que não tem a desagrar somente o direito de seus administrados, mas também, e principalmente, a moralidade pública, atrozmente ultrajada. O Dr. Abranches tem sabido manter-se com honrosa hombridade na posição que lhe foi confiada: S. Ex. não vê diante de si, no que concerne ao conhecimento dos direitos, adversários nem correligionários. Continue S. Ex. tão bom caminho e verá que os liberais do Paraná, se têm sido severos para com todos os seus antecessores, não foram levados a isso pelo prurido de maldizer; mas porque esses homens, constituídos aqui chefes do partido dominante, não tinham outra norma para seus atos, senão os interesses de seus sequazes, por mais inconfessáveis que fossem.<sup>66</sup>

Ao tempo da gestão de Abranches, o conteúdo das missivas remetidas de Curitiba era marcado pelo apoio ao então presidente da província, bem como por críticas aos dirigentes locais do Partido Conservador. Esses dirigentes – e os seus aliados – foram classificados como indivíduos cujo principal objetivo na vida política era a conquista de verbas e cargos públicos. Em *A Reforma*, na edição de 10 de janeiro de 1874, eles foram situados pelo correspondente liberal como uma *laia de pedintes*, os quais “[...] amontoam-se quotidianamente pelas salas de palácio, reverentes e com os lábios sempre fendidos pelo riso da lisonja”.<sup>67</sup> A tentativa de conservadores aproximarem-se dos adventícios que governaram o Paraná era condenada pelos correspondentes de *A Reforma*. Essa tentativa foi encarada pelos colaboradores do periódico como uma estratégia para a elite local conseguir que seus pleitos fossem atendidos pela administração regional.

De todo modo, a gestão de Abranches foi avaliada de maneira muito positiva por esse correspondente. Nesse âmbito, o distanciamento do presidente da província em relação às famílias Correia e Guimarães foi visto pelo colaborador do jornal como uma evidência de que Abranches “[...] arvorou a bandeira da probidade política, profligando o escândalo, a imoralidade e o crime nos arraiais dos próprios correligionários”.<sup>68</sup> De acordo

---

<sup>65</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 out. 1873.

<sup>66</sup> *Id.*

<sup>67</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 jan. 1874.

<sup>68</sup> *Id.*

com o missivista, o modo de Abranches governar “[...] jamais poderia ser tolerado pelos homens que entendem poder e dever, na atualidade, impor-nos a lei do vencedor, repartindo entre si, camerariamente, quase metade das rendas da província”.<sup>69</sup>

Havia uma convergência entre os missivistas liberais quanto ao juízo que formularam acerca da gestão de Abranches no Governo do Paraná. Na edição de 16 de janeiro de 1874, *A Reforma* publicou uma carta de um liberal residente na cidade de Antonina. Esse correspondente classificou Abranches como um “[...] honrado administrador da província, cujo brilhante tirocínio administrativo satisfez o justo orgulho dos briosos filhos da Província de S. Paulo”.<sup>70</sup>

O período em que Abranches governou o Paraná não foi marcado pela completa proscrição das lideranças conservadoras dos esquemas de preenchimento de cargos comissionados. No entanto, as funções obtidas por familiares dessas lideranças não eram as de primeiro escalão. A esse respeito, cumpre mencionar o caso de Leocádio José Correia (1848-1886), que era sobrinho de Eufrásio Correia e primo paterno de Manuel Francisco Correia. Em dezembro de 1873, Leocádio Correia graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em fevereiro do ano seguinte, foi nomeado para o posto de inspetor de Saúde dos Portos de Paranaguá.<sup>71</sup> Em março, conquistou o cargo inspetor da Instrução Pública desse município.<sup>72</sup>

Dessa forma, a época que abrange os anos de 1873 a 1875 não foi caracterizada pelo afastamento dos Correia e dos Guimarães quanto ao controle de determinadas agências da administração provincial. Nesse período, os integrantes dessas parentelas não estavam integrados ao núcleo de funcionários comissionados que tinham maior proximidade com o presidente do Paraná. Durante a gestão de Frederico Abranches, o limite da força política de ambas as parentelas consistiu em exercer o comando de órgãos públicos sediados em Paranaguá. Portanto, os Correia e os Guimarães mantiveram-se na condição de parentelas capazes de resguardar uma presença na vida político-administrativa de seu próprio município. Eles também preservaram apoios suficientes para eleger seus correligionários à Assembleia Legislativa.

Nesse contexto, os deputados provinciais pertencentes às famílias Correia e Guimarães não manifestaram irrestrito apoio ao governo de Abranches. As missivas publicadas em *A Reforma* comportam a ideia de que os trabalhos da Assembleia local eram influenciados

---

<sup>69</sup> *Id.*

<sup>70</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 jan. 1873.

<sup>71</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 4, 11 mar. 1874.

<sup>72</sup> *Id.*

por interesses familiares. Conforme esse entendimento, a adesão dos deputados ao presidente da província era condicionada ao atendimento de demandas da elite política regional. Mais amplamente, os opositores destacaram que a atuação dos parlamentares paranaenses era marcada pelo intuito de conseguir benefícios econômicos para os grupos familiares aos quais pertenciam.<sup>73</sup>

Em uma carta publicada naquele jornal em 10 de março de 1874, o correspondente liberal residente em Curitiba fundamentou sua oposição aos conservadores da província. Ele ressaltou que Eufrásio Correia, na condição de deputado provincial, comandava uma bancada composta por seus parentes. Esses parlamentares eram orientados por Correia a exercerem rígida fiscalização sobre os atos do governo Abranches. A referida missiva foi escrita no contexto em que o presidente da província não aceitou uma proposta do deputado Correia. A proposta previa que esse parlamentar receberia 6 contos de réis para atuar como procurador do Governo do Paraná nas tratativas para a província contrair um empréstimo junto ao Banco do Brasil, na capital do Império. Leia-se, pois, a seguinte passagem a carta:

Com isto estrugiu o deputado [geral] Eufrásio Correia pelas esquinas de Paranaguá dizendo que vinha tomar contas como deputado provincial. Com efeito, chamou a família. Trouxe consigo os deputados: Joaquim [Antônio Guimarães], seu sobrinho, Manuel Ricardo [Carneiro], seu sobrinho, [Joaquim] Severo Correia, seu sobrinho, dois Bittencourts, seus primos, [José] Miró de Freitas, irmão de um seu sobrinho e com outras *quidans* faz sua carantonha ao Dr. Abranches, a cujos ouvidos o *quas ego* do deputado Catão, censor da administração, prometendo com toda a independência tomar-lhe severas conta.<sup>74</sup>

A nomeação de Abranches para o cargo de presidente do Maranhão, em 1875, foi atribuída pelo correspondente de *A Reforma* em Antonina como manifestação da influência de Manuel Francisco Correia nas políticas de nomeações imperiais. Segundo o missivista, essa transferência seria uma forma de afastar um presidente que não acolheu as demandas da parentela do então deputado geral. Na edição de 22 de abril de 1875, esse correspondente sustentou que Manuel Correia articulou a exoneração de Abranches porque esse bacharel “[...] mandou montar guarda em derredor do cofre provincial, para repelir os ataques dos homens do conselheiro Correia”.<sup>75</sup>

Dentre as pretensões econômicas não atendidas por Abranches, constavam a venda de imóveis ao Governo Provincial e o fornecimento de mantimentos a colônias de

<sup>73</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 mar. 1874.

<sup>74</sup> *Id.* Grifos no original.

<sup>75</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 abr. 1875.

imigrantes.<sup>76</sup> Assim, na correspondência do Paraná veiculada em *A Reforma* os componentes da elite local são vistos como defensores de um pequeno repertório de demandas. Essa correspondência apresenta um cenário no qual as ambições econômicas e políticas dessa elite pouco se modificaram.

Nas cartas publicadas em *A Reforma*, a vida administrativa do Paraná nos anos 1870 é caracterizada pela alternância entre presidentes afeitos e refratários às pretensões políticas e econômicas dos chefes do Partido Conservador. No entendimento dos missivistas, a queda de presidentes infensos a essas pretensões gerava o retorno de uma situação na qual havia acentuada ingerência dos Correia e dos Guimarães nos órgãos públicos.

### **A reaproximação dos dirigentes conservadores com os presidentes do Governo Provincial (1875-1878)**

No Paraná, os anos imediatamente anteriores ao afastamento do Partido Conservador do Gabinete Ministerial foram caracterizados por um cenário que já vigorara no começo dos anos 1870. Um aspecto desse cenário era a afinidade política entre o presidente da província e os membros das famílias Correia e Guimarães. De sua parte, os correspondentes de *A Reforma* dedicaram-se a evidenciar os privilégios obtidos por essas parentelas após o término do governo de Frederico Abranches.

A oposição empreendida por esses missivistas consistiu em argumentar que a presença das referidas parentelas na administração pública era prejudicial à província, visto que elas buscariam amealhar parcelas cada vez maiores do orçamento público. Em síntese, a oposição dos liberais foi marcada pela defesa da ideia segundo a qual os gestores do Partido Conservador paranaense encontraram na atividade política uma forma de enriquecer e beneficiar parentes com empregos e verbas.<sup>77</sup>

O sucessor de Abranches na presidência do Paraná foi o pernambucano Adolfo Lamenha Lins (1845-1881). O governo desse bacharel iniciou-se em 8 de maio de 1875 e terminou em 16 de julho de 1877. Na edição de 20 de junho de 1875, *A Reforma* publicou uma carta remetida de Antonina. O autor da missiva recomendou a Lamenha Lins ser

---

<sup>76</sup> *Id.*

<sup>77</sup> O correspondente liberal de Curitiba salientou que em 1868, ano do retorno do Partido Conservador ao campo situacionista, Manuel Antônio Guimarães estava endividado. De acordo com essas informações, na época em que os conservadores retomaram a presidência do Gabinete Manuel Guimarães encontrava-se em uma situação de isolamento político, bem como experimentava reveses em suas atividades comerciais. No entanto, a volta de seu partido à ordem governista permitiu que Guimarães fizesse negócios com os governos provincial e imperial. Segundo o missivista, a venda de imóveis possibilitou que esse negociante começasse a superar suas dificuldades financeiras. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 ago. 1877.



cauteloso em relação aos chefes regionais do Partido Conservador. Leia-se, pois, o conselho formulado pelo correspondente na época em que Lins estava no exercício da presidência havia apenas um mês: “[...] urge que S. Ex. não se deixe embair pelas vozes melífluas do áulicos que [...] rodeiam e pretendem dominar as presidências, que estão acostumados a considerar como propriedade da firma Correia & Guimarães”.<sup>78</sup>

No entanto, em fins de 1875 os correspondentes liberais manifestaram seu descontentamento com a gestão de Lamenha Lins. Os opositores consideraram que esse bacharel era permissivo em relação aos pleitos das parentelas que compunham a elite local. Portanto, as demandas negadas por Abranches foram aceitas pelo seu sucessor. A esse respeito, cumpre mencionar que na edição de 28 de setembro do citado ano o missivista residente em Curitiba teceu críticas a Lamenha Lins. Um motivo das críticas era que o novo presidente determinou o pagamento de 6 contos de réis a Eufrásio Correia para que este atuasse como procurador do Governo do Paraná nas negociações para realização de um empréstimo no Banco do Brasil.<sup>79</sup>

Esse correspondente também salientou que os políticos da família Correia conseguiram viabilizar junto ao Governo do Império a celebração de contratos que eram vantajosos aos membros de sua parentela. No referido ano, por exemplo, esse Governo destinou 10 contos de réis para a compra de uma casa em Paranaguá. Nesse imóvel, que pertencera a um irmão de Eufrásio Correia, seria instalada uma estação telegráfica.<sup>80</sup>

Manuel Antônio Guimarães também se beneficiou com a ascensão de Lamenha Lins à presidência do Paraná. Esse negociante era o presidente de uma empresa de navegação fluvial denominada *Companhia Progressista de Navegação a Vapor*, a qual possuía dois navios. Fundada em 1858, essa empresa era subsidiada pelo Governo do Paraná desde meados da década de 1860, época em que os liberais governaram a província. Inicialmente, o montante anual recebido pela *Progressista* era de 4 contos de réis.<sup>81</sup> Quando Lamenha Lins assumiu a presidência da província, esse subsídio foi elevado para 12 contos anuais.<sup>82</sup> No período em que os conservadores comandaram o Gabinete, o Governo do Império também financiou as atividades daquela companhia com um auxílio anual de 12 contos de

---

<sup>78</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 jun. 1875.

<sup>79</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 set. 1875.

<sup>80</sup> *Id.*

<sup>81</sup> ARAÚJO, José Feliciano Horta de. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes, 1868, p. 51.

<sup>82</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 set. 1875.

réis. Para a oposição liberal, o pequeno porte da empresa e a limitação de suas atividades à baía de Paranaguá não justificavam o recebimento desses valores.<sup>83</sup>

No entendimento do missivista residente na capital paranaense, a insistência era a principal estratégia dos Correia e dos Guimarães para que seus pleitos fossem atendidos. Segundo esse argumento, os brasileiros não tinham a inclinação de se insurgir contra as vantagens concedidas pelo poder público a grupos familiares. Por conseguinte, o ato de perseverar na defesa de interesses particulares geraria os resultados almejados. O correspondente afirmou que “Neste país é procurar cansar a paciência do povo e do governo e tudo se consegue. [...] É o cansaço que produz o indiferentismo pelas coisas públicas e não é tal via a que eleva os povos porque falta-lhes a base de honestidade pública”.<sup>84</sup>

A crítica dos missivistas paranaenses aos presidentes que se aproximaram dos dirigentes do Partido Conservador era marcada pela identificação de supostos atos de improbidade administrativa. No decorrer dos anos 1870, houve pouca variação quanto aos motivos das críticas desses correspondentes aos chefes do Executivo Provincial e aos membros da Assembleia Legislativa, que à época era presidida por Eufrásio Correia.<sup>85</sup> De um lado, encontra-se a acusação de que os mandatários acatavam, sem restrições, as demandas apresentadas por seus correligionários. De outro lado, há a classificação desses políticos como perdulários.

Os governantes e parlamentares que se aliaram às famílias Correia e Guimarães foram apresentados na seção de cartas de *A Reforma* como indivíduos avessos à adoção de medidas de austeridade na administração pública. Desse modo, uma convergência quanto ao conteúdo dessas cartas consiste no fato de que desenham um quadro político-administrativo caracterizado pelo descontrole das contas públicas e por desmandos cometidos para atender aos pleitos de familiares dos líderes situacionistas. Publicada em *A Reforma* na edição de 30 de março de 1876, a carta do correspondente radicado em Curitiba contém uma síntese dos problemas que a oposição reconhecia na ação política dos chefes regionais do Partido Conservador. Leia-se, portanto, o seguinte trecho da missiva:

Votou a Assembleia [Legislativa] autorização para um empréstimo de 500:000\$00. Reduziram esta província à condição de caloteira e mendiga, e os próprios filhos da província, que têm sido iludidos pela política dos Srs. Correias, começam a desesperar, vendo em tais cifras o modo por que

<sup>83</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 9 mai. 1877.

<sup>84</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 set. 1875.

<sup>85</sup> A atuação de Eufrásio Correia como presidente da Assembleia Legislativa do Paraná abrangeu os anos de 1874 a 1879.

tem gerido esse partido artificioso os nossos negócios; pois que eles e nós pagaremos o que a inépcia amontoa de ruínas e desperdícios. E já se diz que de novo será incumbido o Dr. Eufrásio Correia de ir ao Banco do Brasil realizar o grande empréstimo [...]. Tempos virão em que talvez seja o Dr. Eufrásio Correia coagido a entrar para o cofre provincial com o dinheiro que ele recebeu indevidamente.<sup>86</sup>

Conforme destacado, em julho de 1877 Lamenha Lins foi exonerado do posto de presidente do Paraná. De julho a agosto, Manuel Antônio Guimarães desempenhou esse cargo. Ele estava na linha sucessória do Governo local, pois exercia o posto de 1º vice-presidente. O breve período de governo desse negociante foi alvo de críticas do correspondente liberal que residia em Curitiba. Em verdade, as derradeiras referências a Manuel Guimarães em *A Reforma* são análogas às aquelas publicadas em 1873, quando de sua primeira passagem pelo cargo de presidente.

Em 1877, o missivista acusou-o de enviar um destacamento da força policial à vila de Votuverava para interromper a votação na qual foram escolhidos os indivíduos que atuariam como eleitores no pleito para a Assembleia Legislativa. A chegada dos policiais à igreja, que era o local da votação, levou os liberais a organizarem outra Mesa Paroquial e prosseguirem com o pleito.<sup>87</sup> Apesar recorreram à prática da *duplicata*, os opositores foram vencidos pelo Partido Conservador, que conquistou um número maior de eleitores naquela localidade.<sup>88</sup>

Na descrição desse episódio, o correspondente de *A Reforma* ressaltou que a presença de Manuel Guimarães no Governo Provincial era inadequada. Ao ser investido na chefia provisória do Poder Executivo paranaense, esse negociante teria atuado para impedir que os liberais vencessem as eleições. Assim, uma afirmação recorrente nas missivas divulgadas naquele periódico é de que entregar à elite local o comando do Governo era prejudicial à moralidade administrativa e à lisura dos processos eleitorais. Segundo essa ideia, tal elite costumava levar os interesses de suas famílias e de seu partido para o interior da administração pública.

Em 17 de agosto de 1877, por fim, o advogado mineiro Joaquim Bento de Oliveira Júnior (1846-1878) tomou posse de cargo de presidente do Paraná. A sua gestão perdurou até 5 de fevereiro de 1878. Dessa forma, ele foi destituído da função no momento em que o Partido Liberal voltou a comandar o Gabinete Ministerial. A nomeação desse bacharel para presidir a província estimulou o correspondente curitibano de *A Reforma* a apresentar uma análise do comportamento político dos líderes situacionistas. Publicada na edição de

<sup>86</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 mar. 1876.

<sup>87</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2-3, 24 ago. 1877.

<sup>88</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 3, 15 ago. 1877.

30 de agosto de 1877, a crítica a esse comportamento levou o missivista a sugerir que Oliveira Júnior tivesse cautela no trato com os políticos das famílias Correia e Guimarães. No entendimento do correspondente, essas parentelas tinham o propósito de interferir na gestão do presidente recém-nomeado. O autor da carta recomendou que esse administrador estivesse “[...] prevenido, pois [os Correia e os Guimarães] de tudo tiram partido”.<sup>89</sup> Por fim, o missivista formulou um perfil de Manuel Guimarães com o intuito de argumentar que esse negociante nunca contribuiu para o desenvolvimento social da província. A ação política desse chefe conservador se resumiria em amealhar cargos para os seus familiares e conquistar vantagens econômicas para si. Atente-se à seguinte passagem da correspondência:

[Manuel Antônio Guimarães busca] arranjar rendosas prebendas para si e para todos os seus parentes consanguíneos e afins. Todos dizemos, e daqui provocamos para que nos contestem, se há *algum* que não tenha sido copiosamente remunerado, à dinheiro de contado, ou com distinções honoríficas. [...] Nenhum melhoramento público, nenhuma instituição de interesse geral medrou com o sacrifício do seu dinheiro ou com esforços de sua dedicação e boa vontade. [...] Este lado da vida do Sr. Guimarães oferece completa negação dos serviços à causa pública.<sup>90</sup>

Nas edições de *A Reforma*, não há informações concernentes à relação entre Oliveira Júnior e os dirigentes locais do Partido Conservador. As últimas referências a esses chefes políticos indicam que eles permaneceram no comando de sua agremiação após a formação, em fevereiro de 1878, do Gabinete liberal presidido pelo futuro Visconde de Sinimbu. Manuel Guimarães, que nessa época já possuía o título de Barão de Nácar, manteve os seus correligionários politicamente unidos quando migrou para o campo da oposição.<sup>91</sup> Essa migração levou Guimarães a perder influência sobre o funcionamento dos esquemas locais de nomeações. Ele também deixou de firmar contratos com o Governo Provincial. Em 1878, por exemplo, o presidente da província, o bacharel baiano Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes (1839-1882), rescindiu o contrato com a *Companhia Progressista de Navegação a Vapor*.<sup>92</sup>

Todavia, os Correia e os Guimarães controlaram localmente o Partido Conservador paranaense até o momento da queda do Império. Ao tempo de seu falecimento, em 1888, Eufrásio Correia era o chefe supremo dessa agremiação. Em 1889, os seus familiares ainda estavam envolvidos na gestão local desse partido.<sup>93</sup> Os políticos veteranos ligados a essa

<sup>89</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 ago. 1877.

<sup>90</sup> *Id.* Grifo no original.

<sup>91</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 4, 16 jul. 1878.

<sup>92</sup> MENEZES, Rodrigo Octávio de Oliveira. *Relatório*. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1879, p. 83-84.

<sup>93</sup> *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p. 2, 16 mar. 1889.

agremiação continuaram a participar de pleitos eleitorais. Em 1888, Manuel Guimarães já havia obtido o título de Visconde de Nacar. Nesse ano, ele foi eleito deputado geral na vaga deixada por Eufrásio Correia.<sup>94</sup> Em última análise, os membros das famílias Correia e Guimarães preservaram uma base eleitoral que lhes assegurou a presença em instituições parlamentares nacionais e provinciais. O controle que eles exerceram sobre o Partido Conservador paranaense não foi prejudicado pelo surgimento de dissidências na agremiação.<sup>95</sup>

No Paraná, os últimos anos do regime monárquico não foram caracterizados pela ascensão de novas lideranças nos campos da situação e da oposição. A diferença para com as épocas anteriores diz respeito à atividade dos órgãos de imprensa. Os periódicos conservadores e liberais existentes nos anos 1880 foram mais longevos em relação aos criados nas décadas anteriores. Nesse período, os jornais locais estavam suficientemente estruturados para empreender a defesa permanente dos partidos aos quais estavam ligados.<sup>96</sup>

### Considerações finais

O presente artigo teve por finalidade analisar o conteúdo das críticas tecidas por liberais do Paraná, na seção de cartas do jornal carioca *A Reforma*, contra os chefes locais do Partido Conservador. Assim, buscou-se reconhecer a contribuição de um órgão de imprensa nacional para a atividade política dos correligionários do Partido Liberal estabelecidos em uma província do sul do Império. Há três resultados centrais apresentados neste trabalho.

Primeiro, trata-se de ressaltar que o surgimento de *A Reforma* foi operacional para que os liberais radicados nas províncias do Império pudessem divulgar nacionalmente seus juízos sobre os líderes locais do partido governista. De 1869 a 1878, o limitado desenvolvimento da imprensa regional impeliu liberais oriundos de distintos municípios paranaenses a enviarem cartas àquele periódico. Essas missivas apresentam uma percepção semelhante acerca das práticas políticas dos Correia e dos Guimarães, famílias

<sup>94</sup> *Echo da Marinha*, Paranaguá, p. 1, 30 abr. 1888.

<sup>95</sup> O final dos anos 1870 e o final dos anos 1880 foram momentos nos quais surgiram contestações ao poder que essas famílias exerciam sobre o Partido Conservador paranaense. Uma ala da agremiação não aceitava o controle dessas parentelas sobre a indicação de candidaturas e o funcionamento dos diretórios locais. Essas cizânias opuseram os conservadores da capital aos do litoral. Esses embates, contudo, não levaram à diminuição da interferência que os Correia e os Guimarães exerciam na vida interna da agremiação. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 3, 30 nov. 1877.

<sup>96</sup> Nesse contexto, os jornais de apoio aos conservadores da província eram intitulados *O Paranaense*, que circulou de 1877 a 1882, *Gazeta Paranaense*, cuja existência abrangeu os anos de 1882 a 1889. Os liberais, por seu turno, tiveram o respaldo do *Dezenove de Dezembro*. Criado em 1854, esse jornal se tornou defensor do Partido Liberal no final dos anos 1870. Ver PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa...* Op. cit.

que controlaram localmente o Partido Conservador. A existência de *A Reforma* possibilitou a consolidação de uma percepção desfavorável acerca da interferência de ambas as parentelas sobre os órgãos da administração provincial e imperial.

Segundo, cumpre destacar que na mencionada época não houve substancial mudança no entendimento dos correspondentes acerca da ação político-administrativa dos Correia e dos Guimarães. Os membros dessas parentelas eram encarados pelos correspondentes de *A Reforma* como indivíduos cujo maior objetivo era conseguir cargos e verbas públicas. A manipulação de processos eleitorais e a adoção de práticas administrativas inidôneas seriam elementos peculiares às carreiras desses familiares. Segundo os colaboradores do jornal, o propósito de conquistar vantagens pessoais nortearia a ação política de ambas as famílias.

Terceiro, a regularidade da publicação das missivas de paranaenses em *A Reforma* é um indício da coesão entre os filiados ao Partido Liberal do Paraná. Em um contexto no qual era pequeno o número de mandatários dessa agremiação, a publicação de análises sobre a situação política da província era a principal forma de empreender uma oposição aos governistas. Os paranaenses que de modo mais assíduo remeteram cartas àquele jornal viviam na capital e em municípios do litoral. Em suma, a participação na imprensa permitiu que eles desenvolvessem um entendimento convergente acerca das características e dos efeitos do poder político de duas parentelas vinculadas ao Partido Conservador.

Recebido em 05 de junho de 2022  
Aceito em 02 de novembro de 2022